



ANEXO II

TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº ____/2022 QUE
ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE NITERÓI,
PELA SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS E

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER, representada pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Sr^a. DAYSE NOGUEIRA MONASSA, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 642.121.577-72, doravante denominada SECRETÁRIA, sendo a SECONSER sediada na Rua Avenida Visconde Rio Branco nº 11, Ponta D'Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-970, inscrita na Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ/MF sob o nº 28.521.748/0001-59, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, com fundamento no processo administrativo nº 040/001961/2021, que se regerá pelas normas da Lei Federal 10.098/2000 e Lei Municipal 2232/2005, Lei Municipal 925/1991, Lei Municipal nº 2.624 de 2008, e Decreto Regulamentar 14.352/2022 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Termo de Cooperação a construção, aparelhamento e conservação do Projeto “PARCÃO DE SÃO FRANCISCO E ÁREA KIDS”, para uso da população de forma gratuita, sem recursos públicos envolvidos, conforme especificações constantes na tabela I e dos demais itens do Termo de Referência (Anexo I) e Projeto apresentado pelo adotante.

PARÁGRAFO ÚNICO: O ADOTANTE não poderá ceder o presente contrato a terceiro, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da SECONSER.

CLÁUSULA SEGUNDA: Este contrato será operacionalizado pelos Partícipes, mediante a realização de ações de seus interesses, sendo as despesas necessárias ao cumprimento do ajuste custeados com recursos próprios do ADOTANTE, sem repasse de recursos financeiros, conforme Projeto anexo, parte integrante e inseparável deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O projeto poderá sofrer alterações, desde que tais alterações sejam aprovadas pelos Partícipes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Adotante não possui direito exclusivo à utilização da área da praça, podendo Administração Municipal, se entender conveniente, autorizar que mais de uma empresa ou entidade proceda melhorias na praça adotada, na forma prevista no art. 3º do Decreto Regulamentar 14.352/2022.



CLÁUSULA TERCEIRA: Para a consecução do objeto, as partes observarão o seguinte:

- a) A execução do objeto do presente contrato dar-se-á por iniciativa e interveniência da SECONSER;
- b) O ADOTANTE, por sua exclusiva conta e inteira responsabilidade, compromete-se a executar o objeto do presente contrato, conforme previsto na Cláusula Primeira, no que diz respeito à construção, disponibilização de equipamentos para os animais de estimação, além da manutenção e limpeza do espaço no PARCÃO DE SÃO FRANCISCO E ÁREA KIDS;
- c) Desde que instalados pelo ADOTANTE, quaisquer equipamentos para entretenimento e serviços para os animais de estimação e relativos à área infantil, automática e gratuitamente, incorporar-se-ão, para todos os efeitos, ao local, inclusive passando a integrar o conceito de mobiliário urbano para fins do presente Instrumento;
- d) Será de exclusiva responsabilidade do ADOTANTE a integral e pontual satisfação de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e fiscais relativos à execução dos serviços a que se compromete no Parcão de São Francisco e Área Kids, para execução do objeto;
- e) Não será de responsabilidade do ADOTANTE a execução de quaisquer serviços de equipamentos de iluminação pública do Parcão de São Francisco e Área Kids, e nem o pagamento das despesas de energia;
- f) Não será devida qualquer remuneração à ADOTANTE, nem lhe serão recolhidos ou atribuídos qualquer desconto ou isenção quanto a tributos, contribuições ou outro encargo financeiro previsto na legislação municipal, pela execução dos serviços a que se compromete;
- g) Após a formalização deste instrumento, o Município de Niterói, autorizará a instalação de placa(s) ou outras peças de caráter publicitário, com mensagem alusiva à execução do presente acordo, após autorização, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.232/2005 e Decreto Regulamentar 14.352/2022.
- h) As peças publicitárias a que se referem o item anterior somente poderão ser instaladas após a aprovação pelo órgão competente da Administração Municipal, observado o disposto nas Leis Municipais 925/1991 e 2232/2005 e Decreto Regulamentar 14.352/2022, sem prejuízo dos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, sendo vedada a sublocação de espaço publicitário pelo Adotante;
- i) O pessoal que prestará serviços no local deverá usar crachá com fotografia e fardamento completo, inclusive calçado, em cumprimento às normas de segurança do trabalho;
- j) A solicitação de autorização para quaisquer usos ou atividades a serem desenvolvidas no Parcão de São Francisco e Área Kids deverá ser encaminhada à SECONSER, sendo vedada qualquer modificação que venha a descaracterizar a estrutura do espaço público, sob pena de rescisão deste Termo de Cooperação;
- k) As adequações necessárias à disponibilização de equipamentos para os animais de estimação, além da manutenção e limpeza do espaço no Parcão de São Francisco e Área Kids, obedecerão ao cronograma apresentado pelo ADOTANTE, aprovado pela SECONSER, passando a ser parte integrante deste instrumento;



- l) O descumprimento por parte do ADOTANTE do referido cronograma importará a imediata rescisão do Termo de Cooperação, não cabendo à adotante qualquer direito à indenização ou retenção dos equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA O ADOTANTE expressamente assume, ainda, os seguintes compromissos:

- a) Executar os serviços com presteza e boa técnica, procurando minimizar e abreviar ao máximo os transtornos que essa execução possa causar aos usuários do espaço público;
- b) Utilizar para execução dos serviços pessoas habilitadas, adequadamente treinadas, uniformizadas, munidas de equipamentos e instrumentos de proteção e segurança;
- c) Responsabilizar-se por perdas e danos que causar quando da execução dos serviços, ainda que decorrentes de imprudência, negligência ou imperícia de seus administradores, empregados ou prepostos;
- d) Responsabilizar-se por transporte, alimentação e alojamento do pessoal que vier a utilizar para execução dos serviços;
- e) Responsabilizar-se pela manutenção e limpeza do espaço;
- f) Responsabilizar-se por infrações ambientais e/ou prejuízos que causar ao Poder Público ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: A SECONSER compromete-se a fiscalizar e exigir dos órgãos competentes a prestação de todos os serviços necessários à execução do ajuste, responsabilizando-se especialmente pela adoção das providências necessárias ao contínuo e regular fornecimento de energia elétrica ao logradouro.

CLÁUSULA SEXTA: Compete à SECONSER a designação, mediante Termo específico, do servidor responsável para exercer a fiscalização e acompanhamento deste Termo, competindo-lhe, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, informar à Administração sobre eventuais vícios ou irregularidades, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observadas, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a Lei nº 8.666/93 ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O servidor designado deverá tomar ciência de suas incumbências de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato poderá ser alterado por meio de termo aditivo, mediante proposta dos Partícipes, vedada a mudança de seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA: O presente contrato vigorará pelo prazo de 3 (três) anos, no período de _____ de _____ de 2022 a _____ de _____ de 2025, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Decreto Regulamentar 14.352/2022.



CLAÚSULA NONA: O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- a) Não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- b) Falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- c) Fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- d) Comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUINTO: A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do parágrafo segundo, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.



PARÁGRAFO SEXTO: A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida, no prazo de 10 (dez) dias, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do parágrafo segundo, não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

PARÁGRAFO OITAVO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do parágrafo segundo, perdurará pelo tempo dos motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO NONO: A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- c) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do parágrafo segundo, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.
- d) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: As penalidades previstas do parágrafo segundo também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Administração.



a) O registro mencionado no caput, deverá ser feito com a remessa do extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d, do parágrafo segundo, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º, da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLAÚSULA DÉCIMA: A inexecução total ou parcial do presente Termo de Cooperação ensejará sua rescisão, caso não sanada a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, com as consequências contratuais e legais pertinentes, previstas na cláusula nona, mediante prévia instauração de processo administrativo específico, assegurando-se as garantias de ampla defesa e contraditório.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente instrumento poderá ser rescindido por acordo entre as partes a qualquer tempo, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e formalização do termo de rescisão.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de inexecução total ou parcial do presente Termo de Cooperação, o Adotante será obrigado a retornar a praça adotada ao “status quo”, sendo responsável pela retirada de todos os entulhos gerados, a suas expensas.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA: Rescindido o presente contrato ou findo seu prazo de vigência, O ADOTANTE não poderá retirar ou desfazer as acessões, construções ou qualquer outra benfeitoria que tiver realizado no espaço público adotado, que reverterão gratuitamente à municipalidade, com exceção das placas ou peças publicitárias, que poderão ser imediatamente retiradas pelo ADOTANTE, no prazo de 07 (sete) dias.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA: Após a assinatura do Termo de Cooperação, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo e fundamento do ato.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam este Termo de Cooperação em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Niterói, ____ de _____ de 2022.



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Conservação e
Serviços Públicos
SECONSER

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretária Municipal de Conservação
e Serviços Públicos

ADOTANTE

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA